

**CONTRATO Nº 073/2014 –**  
**AJUR/FHB, que entre si celebram a**  
**FUNDAÇÃO HEMOCENTRO DE**  
**BRASÍLIA e a empresa CEI**  
**COMÉRCIO EXPORTAÇÃO E**  
**IMPORTAÇÃO DE MATERIAIS**  
**MÉDICOS LTDA.**

Pelo presente instrumento, de um lado, a **FUNDAÇÃO HEMOCENTRO DE BRASÍLIA**, pessoa jurídica de direito público, vinculada à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 86.743.457/0001-01, com sede no Setor Médico Hospitalar Norte – Quadra 03 Conjunto “A” Bloco 03 – CEP: 70.710-100, Brasília – Distrito Federal, doravante denominada **CONTRATANTE** ou **FHB**, representada neste ato pela Diretora Presidente **BEATRIZ MAC DOWELL SOARES**, brasileira, casada, médica, portadora do CPF/MF nº 307.615.067-72 e da Carteira de Identidade nº 2.994.650-SSP/RJ, residente e domiciliada nesta Capital, e de outro lado **CEI COMÉRCIO EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO DE MATERIAIS MÉDICOS LTDA**, com endereço comercial na Estrada do Engenho d’Água, nº 1.248, Anil/Jacarepaguá – Rio de Janeiro/RJ, CEP: 22.765-240, telefone: 21 3528-0150, inscrito no CNPJ sob o nº 40.175.705/0001-64, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada por **FÁBIO MACHADO FERREIRA**, brasileiro, casado, comunhão parcial de bens, advogado, portador do documento nº 92.984 – OAB/RJ, portador do CPF nº 013.830.407-61, domiciliado na Rua Vicente Leporaci, nº 100, AP 303 – Recreio dos Bandeirantes, cidade do Rio de Janeiro, tendo em vista o que consta no **Processo nº 063.000.419/2013**, que passa a fazer parte integrante do presente instrumento, independentemente de transcrição, têm entre si justo e acertado a celebração do presente **CONTRATO DE FORNECIMENTO**, mediante as seguintes cláusulas e condições.

80

5

## CLÁUSULA PRIMEIRA – DO PROCEDIMENTO

O presente Contrato obedece aos termos do art. 25, inciso II da Lei nº 8.666/93, observadas as condições estabelecidas no Termo de Referência, fls. 21/29 e na Proposta fls. 131/134.

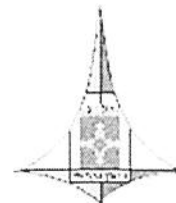
## CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

O presente Contrato tem por objeto a contratação de empresa especializada na Manutenção Corretiva e Preventiva do sistema BioArchive (BioArchive Systems 8-4000-0), com reposição de peças conforme Anexo I da Proposta (fl. 135), bem como especificações contidas nas Notas de Empenho Nº 2014NE00683 e Nº 2014NE00684 (fls. 122/123).

## CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

O valor total do Contrato é de **R\$ 203.054,13** (duzentos e três mil e cinquenta e quatro reais e treze centavos), sendo alocado para o corrente exercício o valor de R\$ 33.813,54 (trinta e três mil, oitocentos e treze reais e cinquenta e quatro centavos), para o elemento de despesa 33.90.30 e R\$ 16.950,00 (dezesseis mil, novecentos e cinquenta reais) para o elemento de despesa 33.90.39 e o restante para o próximo exercício, conforme Notas de Empenho Nº 2014NE00683 E Nº 2014NE00684 (fl.122/123), nos termos da correspondente lei orçamentária anual, correndo as despesas por conta das seguintes rubricas orçamentárias:

- I- Unidade Orçamentária: 23202;
- II- Programa de trabalho: 10303620240600001;
- III- Fonte de Recurso: 138.



#### **CLÁUSULA QUARTA – DA FORMA E DO LOCAL DE FORNECIMENTO**

A manutenção Preventiva deverá ser realizada quadrimestralmente, com a primeira em até 15 (quinze) dias a contar da data de assinatura do contrato. Já a Manutenção Corretiva (peças de reposição, componentes e acessórios relacionados em tabela e aqueles de obrigação da contratada) deverá ser atendida em até 48 (quarenta e oito) horas após a comunicação do problema.

#### **CLÁUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO**

A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, conforme apresentação de Nota Fiscal Eletrônica e de documentos adicionais exigidos em lei, discriminando o serviço efetivamente prestado, acompanhada do atesto de conformidade firmado pelo gestor do contrato, que só o fará mediante cumprimento de todas as obrigações pactuadas, liquidada até 30 (trinta) dias de sua apresentação.

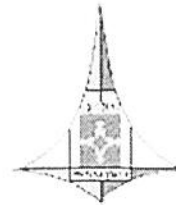
**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – A Nota Fiscal Eletrônica deverá conter o nome do banco, o número de sua conta bancária e respectiva agência.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – Para efeito de pagamento, a CONTRATADA deverá comprovar a regularidade fiscal para com a Fazenda do Distrito Federal, Seguridade Social (CND), ao FGTS e à Justiça do Trabalho, mediante Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT.

#### **CLÁUSULA SEXTA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA**

O presente Contrato terá vigência de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura e eficácia com a respectiva publicação de seu extrato no Diário Oficial do Distrito Federal.





## CLÁUSULA SÉTIMA – DA GARANTIA

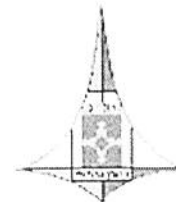
A contratada deverá garantir os serviços de manutenção preventiva e corretiva com substituição de peças de reposição, componentes e acessórios pelo prazo mínimo de 90 (noventa) dias.

## CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

São obrigações da FHB durante a vigência do contrato:

- 8.1 Assegurar ao técnico da CONTRATADA (ou encarregado do serviço) o acesso livre e imediato ao sistema BioArchive para execução do serviço de manutenção preventiva ou corretiva;
  - 8.1.1 O equipamento deverá estar à disposição do técnico no dia e horário estipulado e durante o tempo necessário para o conserto e testes de verificação;
- 8.2 Prestar, sempre que necessário, esclarecimentos sobre as circunstâncias em que foram observadas as irregularidades e/ou defeitos no funcionamento do equipamento;
- 8.3 Permitir a execução dos serviços no laboratório/oficina da contratada sempre que houver impossibilidade de reparos no local de instalação. Nesse caso, as despesas de transporte do equipamento correrão por conta da CONTRATADA;
- 8.4 Comunicar imediatamente, por escrito ou por telefone, a CONTRATADA sobre qualquer defeito ou deficiência que venha a constatar no equipamento;
- 8.5 Colocar à disposição do técnico da CONTRATADA, se necessário, a documentação técnica, esquemas, instruções ou manuais relativos ao equipamento, entregues à CONTRATANTE por ocasião do serviço nele realizado, no caso de o profissional ainda estar no serviço;
- 8.6 Designar formalmente um executor para o contrato, responsável por fiscalizar o objeto contratual, tendo em vista também que a liquidação de cada despesa dependerá de seu prévio atestado de execução dos serviços, responsabilidade inerente ao referido servidor, cabendo-lhe a incumbência contida nas normas de execução orçamentária e financeira vigentes no Distrito Federal;



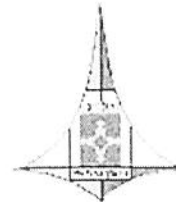


- 8.6.1 Para inclusão de futuros equipamentos poderá ser feito Termo Aditivo ao presente contrato, respeitando o limite máximo de 25%;
- 8.7 Arcar com danos acarretados no equipamento por variações elevadas de energia elétrica, descuido dos usuários, queima por descargas de raios ou acidentes externos, após inspeção e apresentação de prova técnica pela empresa Contratada;
- 8.8 Realizar, quando necessária, limpeza do local de instalação do equipamento, tomando também providências para evitar a incidência de insetos e animais prejudiciais a este;
- 8.9 Enviar à contratada o nome e a lotação do executor do contrato após a nomeação deste;
- 8.10 Manter presente, durante a execução do serviço de manutenção, um responsável para facilitar a execução dos trabalhos;
- 8.11 Manter em local de fácil acesso arquivo com as Ordens de Serviço ou os relatórios técnicos da contratada relativos ao objeto contratual, como fonte de consulta dos serviços já realizados;
- 8.12 Facilitar o acesso a uma linha telefônica quando necessário;
- 8.13 Ficará a cargo da CONTRATANTE, por meio do executor do contrato, a fiscalização necessária para que o equipamento se torne operacional de acordo com a planilha de manutenção elaborada;
- 8.14 A CONTRATANTE poderá, a qualquer tempo e a seu critério exclusivo, por intermédio do executor do contrato, solicitar a apresentação de comprovação de procedência dos materiais, peças e componentes utilizados nos serviços do objeto contratado.

## **CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA**

9.1 A CONTRATADA fica obrigada a apresentar à FHB, até o quinto dia útil do mês subsequente, comprovante de recolhimento dos encargos previdenciários resultantes da execução do Contrato, bem como comprovante de recolhimento dos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais;





9.2 Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no ato convocatório.

9.3 Responsabilizar-se por quaisquer danos pessoais e/ ou materiais, causados por técnicos (empregados) e acidentes causados por terceiros, bem como pelo pagamento de salários, encargos sociais e trabalhistas, tributos e demais despesas eventuais, decorrentes da prestação dos serviços.

9.4 Responsabilizar-se pelas eventuais despesas para execução do serviço solicitado, quaisquer que sejam os seus valores, e cumprir todas as obrigações constantes dos anexos deste ato convocatório.

9.5 Comprometer-se ao fiel cumprimento das condições do Edital.

9.6 Utilizar, obrigatoriamente, produtos de primeira qualidade, que serão analisados pelo executor do contrato.

9.7 Efetuar a entrega dos materiais em perfeitas condições, no prazo e local indicado pela Administração da Fundação Hemocentro de Brasília, em estrita observância as especificações do Termo de Referência e da Proposta, acompanhado da respectiva Nota Fiscal/Fatura, constando detalhadamente nos materiais, as indicações de marca, fabricante, modelo, tipo, procedência e prazo de garantia.

9.8 Os bens devem estar acompanhados, ainda, quando for o caso, do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada.

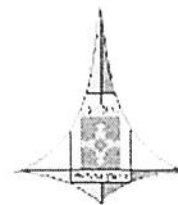
9.9 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).

9.10 O dever previsto no subitem anterior implica na obrigação de, a critério da Administração, substituir, reparar, corrigir, remover, ou reconstruir, às suas expensas, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar do recebimento da notificação, o produto com avarias e defeitos.

9.11 Substituir todo e qualquer material com defeito em razão de ação ou omissão involuntária, negligência, imprudência, imperícia ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior sem ônus para a Fundação Hemocentro de Brasília e sem implicar alterações nos prazos estipulados.







9.12 Abster-se de quaisquer iniciativas que impliquem ônus para a contratante, se não previstas neste instrumento ou expressamente autorizadas pela Fundação Hemocentro de Brasília.

9.13 Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, tais como taxas, impostos e multas, resultantes da execução dos serviços, bem como assumir todos os ônus decorrentes do possível chamamento da contratante em juízo como litisconsorte em ações trabalhistas ou de reparação civil, em decorrência da execução dos serviços, ficando a contratante, desde já, autorizada a glosar nas faturas as importâncias estimadas com o processo.

9.14 Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente contratação.

9.15 Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada;

9.16 Apresentar, no prazo máximo de 15 (quinze) dias após a assinatura do contrato, a cópia da carteira de registro profissional de todo o corpo técnico responsável pela execução dos serviços;

9.17 Fornecer ao executor do contrato relatório mensal circunstanciado impresso e em mídia para arquivamento dos serviços prestados nos equipamentos, mediante recibo, fazendo constar desse relatório as peças substituídas e suas referências, motivo de quebra apurado e resultados de verificações efetuadas;

9.18 Cumprir rigorosamente as normas técnicas da ABNT, as normas de Medicina e Segurança do Trabalho e demais normas e regulamentos pertinentes aos serviços objeto do Contrato;

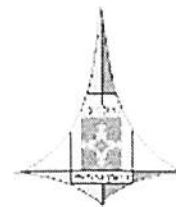
9.19 Em cada visita técnica preventiva ou corretiva efetuada, o técnico da contratada deverá entregar à chefia da unidade relatório dos serviços efetuados, mencionando as peças trocadas e as recomendações necessárias para manter o equipamento em boas condições de funcionamento e a quantidade total de horas técnicas e de traslado utilizado para realização da visita;

9.20 Dar ciência à contratante, imediatamente e por escrito, de material danificado, no caso de verificar qualquer anormalidade no equipamento, no momento da execução dos serviços preventivos ou corretivos;

9.21 Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela contratante;

9.22 Fornecer toda a mão-de-obra necessária à execução dos serviços contratados;

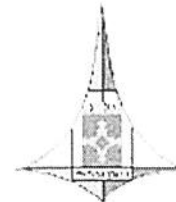




- 9.23 Utilizar, para realização dos serviços, exclusivamente mão-de-obra própria, assumindo total responsabilidade pelos atos administrativos e encargos previstos na legislação trabalhista;
- 9.24 Durante os períodos em que estiverem sendo realizados os serviços de manutenção preventiva ou corretiva, a contratada assume responsabilidade pelos danos causados aos equipamentos objeto deste contrato decorrente de dolo ou culpa de seus empregados;
- 9.25 Prestar, sem ônus adicional para FHB, os esclarecimentos a respeito do conserto solicitado, bem como permitir que os técnicos e/ou engenheiros da contratante inspecionem previamente o equipamento para constatação dos defeitos apresentados e, também, permitir o acompanhamento da execução desses serviços preventivos ou corretivos;
- 9.26 O descumprimento injustificado dos prazos estabelecidos pela contratante, bem como a não apresentação de comprovação da procedência do material utilizado (quando solicitado) acarretará em aplicação de multa sobre o valor total do contrato, de acordo com os percentuais estabelecidos no Termo de Referência com base na legislação vigente;
- 9.27 Orientar seus agentes de serviço a se apresentarem ao responsável pela unidade antes de iniciarem a execução de qualquer serviço;
- 9.28 Prestar os serviços ora contratados por meio de seus técnicos, que não terão nenhum vínculo empregatício com a contratante em nenhuma hipótese;
- 9.29 Orientar seus agentes de serviço a colaborarem com o funcionário da contratante que estiver acompanhando o serviço em andamento;
- 9.30 Entregar ao executor do contrato toda e qualquer peça, componente ou acessório que tenha sido substituído no equipamento durante a realização dos serviços de manutenção;
- 9.31 Prestar assistência técnica corretiva (limitada ao máximo de 3 durante a vigência do contrato) em qualquer dia e horário solicitado (inclusive em fins de semana ou feriados) compreendendo a necessidade da contratante;
- 9.32 No caso de ser necessária uma 4ª manutenção corretiva, esta só poderá ser realizada após orçamento prévio apresentado pela empresa, juntamente com um relatório dos problemas identificados no equipamento, para análise e autorização do executor do contrato;







- 9.33 Fornecer, sem custo adicional para a contratante, todas as peças de reposição originais necessárias para colocação do equipamento em perfeito funcionamento;
- 9.34 Manter um estoque mínimo de peças de reposição, acessórios e componentes para substituição das peças defeituosas;
- 9.35 Indicar preposto, aceito pela contratante, para representá-la na execução do contrato;
- 9.36 Assumir o contrato de manutenção do equipamento objeto deste contrato no estado em que se encontra;
- 9.37 Apresentar-se à contratante para realização dos serviços com seus técnicos devidamente uniformizados e com crachá.

## CLÁUSULA DÉCIMA – DAS PENALIDADES

O atraso injustificado na execução, bem como a inexecução total ou parcial do Contrato sujeitará a Contratada à multa prevista na legislação vigente, descontada da garantia oferecida ou pleiteada judicialmente, sem prejuízo das sanções previstas no art. 87, da Lei nº 8.666/93, facultada ao Distrito Federal, em todo caso, a rescisão unilateral, bem como investir-se na posse de bens, alienar coisas, promover contratações para conclusão ou aperfeiçoamento de obras ou serviços.

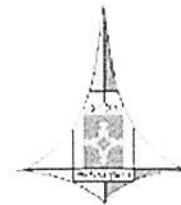
### 10.1 Das Espécies.

10.1.1 As licitantes e/ou contratadas que não cumprirem integralmente as obrigações assumidas, garantida a prévia defesa, ficam sujeitas às seguintes sanções em conformidade com o Decreto nº 26.851, de 30/05/2006, publicado no DODF nº 103, de 31/05/2006, pg. 05/07, alterado pelos Decretos nºs 26.993/2006, de 12/07/2006 e 27.069/2006, de 14/08/2006:

I – advertência;

II – multa; e





III – suspensão temporária de participação em licitação, e impedimento de contratar com a Administração do Distrito Federal, por prazo não superior a 2 (dois) anos, e dosada segundo a natureza e a gravidade da falta cometida.

a) Para a licitante e/ou contratada que, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução do seu objeto, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal; a penalidade será aplicada por prazo não superior a 5 (cinco) anos, e a licitante e/ou contratada será descredenciada do Sistema de Cadastro de Fornecedores, sem prejuízo das multas previstas em Termo de Referência e no contrato e das demais cominações legais, aplicadas e dosadas segundo a natureza e a gravidade da falta cometida;

IV – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no item anterior.

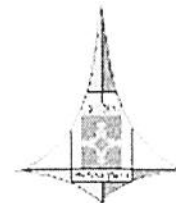
**10.1.2** As sanções previstas nos incisos I, III e IV do subitem anterior poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

## **10.2 Da Advertência**

**10.2.1** A advertência é o aviso por escrito, emitido quando o licitante e/ou contratada descumprir qualquer obrigação, e será expedido:

- I - pelo CENTRO DE COMPRAS, quando o descumprimento da obrigação ocorrer no âmbito do procedimento licitatório; e
- II – pelo ordenador de despesas da FHB se o descumprimento da obrigação ocorrer na fase de execução contratual, entendida desde a recusa em retirar a nota de empenho ou assinar o contrato.





### 10.3 Da Multa

**10.3.1** A multa é a sanção pecuniária que será imposta à contratada, pelo ordenador de despesas da FHB, por atraso injustificado na entrega ou execução do contrato, e será aplicada nos seguintes percentuais:

I - 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, até o limite de 9,9%, que corresponde a até 30 (trinta) dias de atraso;

II - 0,66% (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado, desde o primeiro dia de atraso, sobre o valor correspondente à parte inadimplente, em caráter excepcional, e a critério da FHB, quando o atraso ultrapassar 30 (trinta) dias;

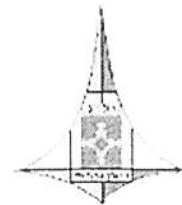
III - 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato/nota de empenho, por descumprimento do prazo de entrega, sem prejuízo da aplicação do disposto nos incisos I e II deste subitem;

IV - 15% (quinze por cento) em caso de recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração, recusa parcial ou total na entrega do material, recusa na conclusão do serviço, ou rescisão do contrato/ nota de empenho, calculado sobre a parte inadimplente; e

V - 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato/nota de empenho, pelo descumprimento de qualquer cláusula do contrato, exceto prazo de entrega.

**10.3.2** A multa será formalizada por simples apostilamento contratual, na forma do art. 65, § 8º, da Lei nº 8.666/93 e será executada após regular processo administrativo, oferecido à contratada a oportunidade de defesa prévia, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nos termos do § 3º do art. 86 da Lei nº 8.666/93, observada a seguinte ordem:





I - mediante desconto no valor da garantia depositada do respectivo contrato;

II - mediante desconto no valor das parcelas devidas à contratada; e

III - mediante procedimento administrativo ou judicial de execução.

**10.3.3** Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá à contratada pela sua diferença, devidamente atualizada pelo Índice Geral de Preços Mercado (IGP-M) ou equivalente, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrados judicialmente.

**10.3.4** O atraso, para efeito de cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do dia seguinte ao do vencimento do prazo de entrega ou execução do contrato, se dia de expediente normal na repartição interessada, ou no primeiro dia útil seguinte.

**10.3.5** Em despacho, com fundamentação sumária, poderá ser relevado:

I - o atraso não superior a 5 (cinco) dias; e

II - a execução de multa cujo montante seja inferior ao dos respectivos custos de cobrança.

**10.3.6** A multa poderá ser aplicada cumulativamente com outras sanções, segundo a natureza e a gravidade da falta cometida, consoante o previsto do subitem 10.1.2 e observado o princípio da proporcionalidade.

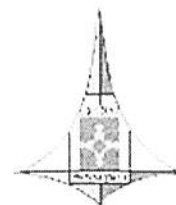
**10.3.7** Decorridos 30 (trinta) dias de atraso, a nota de empenho e/ou contrato deverão ser cancelados e/ou rescindidos, exceto se houver justificado interesse da unidade contratante em admitir atraso superior a 30 (trinta) dias, que será penalizado na forma do inciso II do subitem 10.3.1.

**10.3.8** A sanção pecuniária prevista no inciso IV do subitem 10.3.1 não se aplica nas hipóteses de rescisão contratual que não ensejam penalidades.

#### **10.4 Da Suspensão**

**10.4.1** A suspensão é a sanção que impede temporariamente o fornecedor de participar de licitação e de contratar com a FHB, e, se aplicada em decorrência de licitação na modalidade





pregão, ainda suspende o registro cadastral da licitante e/ou contratada no Cadastro de Fornecedores do Distrito Federal, instituído pelo Decreto nº 25.966, de 23 de junho de 2005, e no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, de acordo com os prazos a seguir:

I - por até 30 (trinta) dias, quando, vencido o prazo de advertência, emitida pelo CENTRO DE COMPRAS, a licitante e/ou contratada permanecer inadimplente;

II - por até 90 (noventa) dias, quando a licitante deixar de entregar, no prazo estabelecido no Edital, os documentos e anexos exigidos, quer por via fax ou internet, de forma provisória, ou, em original ou cópia autenticada, de forma definitiva;

III - por até 12 (doze) meses, quando a licitante, na modalidade pregão, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o contrato, ensejar o retardamento na execução do seu objeto, falhar ou fraudar na execução do contrato; e

IV - por até 24 (vinte e quatro) meses, quando a licitante:

- a) apresentar documentos fraudulentos, adulterados ou falsificados nas licitações, objetivando obter, para si ou para outrem, vantagem decorrente da adjudicação do objeto da licitação;
- b) tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação; e
- c) receber qualquer das multas previstas no subitem anterior e não efetuar o pagamento;

**10.4.2** A penalidade de suspensão será aplicada pela autoridade competente da FHB.

I - As penalidades serão aplicadas em caso descumprimento das obrigações no âmbito do procedimento licitatório e na fase de execução contratual, entendida desde a recusa em retirar a nota de empenho ou assinar o contrato.

**10.4.3** A penalidade de suspensão será publicada no Diário Oficial do Distrito Federal.

**10.4.4** O prazo previsto no inciso IV poderá ser aumentado para até 05 (cinco) anos, quando as condutas ali previstas forem praticadas no âmbito dos procedimentos derivados dos pregões.



## 10.5 Da Declaração de Inidoneidade

- 10.5.1 A declaração de inidoneidade será aplicada pelo (a) Diretor (a) Presidente da FHB, à vista dos motivos informados na instrução processual.
- 10.5.2 A declaração de inidoneidade prevista neste item 10.5 permanecerá em vigor enquanto perdurarem os motivos que determinaram a punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que a aplicou e será concedida sempre que a contratada ressarcir a FHB pelos prejuízos resultantes de sua conduta e após decorrido o prazo da sanção.
- 10.5.3 A declaração de inidoneidade e/ou sua extinção será publicada no Diário Oficial do Distrito Federal, e seus efeitos serão extensivos a todos os órgãos/entidades subordinadas ou vinculadas ao Poder Executivo do Distrito Federal, e à Administração Pública, consoante dispõe o art. 87, IV, da Lei nº 8.666, de 1993.

## 10.6 Das Demais Penalidades

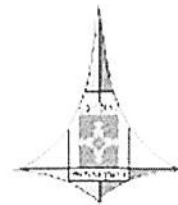
- 10.6.1 As licitantes que apresentarem documentos fraudulentos, adulterados ou falsificados estarão sujeitas às seguintes penalidades:

- I - suspensão temporária do certificado de registro cadastral ou da obtenção do registro, por até 24 (vinte e quatro) meses, dependendo da natureza e da gravidade dos fatos; e
- II - declaração de inidoneidade, nos termos do subitem 10.5;
- III - aplicam-se a este subitem as disposições do subitem 10.4.3 e 10.4.4.

- 10.6.2 As sanções previstas nos subitens 10.4 e 10.5 poderão também ser aplicadas às empresas ou profissionais que, em razão dos contratos regidos pelas Leis Federais nºs 8.666, de 1993 ou 10.520, de 2002:

- I - tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- II - tenham praticado atos ilícitos, visando frustrar os objetivos da licitação; e





III - demonstrarem não possuir idoneidade para contratar com a Administração, em virtude de atos ilícitos praticados.

#### **10.7 Do Direito de Defesa**

**10.7.1** É facultado à interessada interpor recurso contra a aplicação das penas de advertência, suspensão temporária ou de multa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da respectiva notificação.

**10.7.2** O recurso será dirigido à autoridade superior por intermédio da que praticou o ato recorrido a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir devidamente informado devendo, neste caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis contado do recebimento do recurso sob pena de responsabilidade.

**10.7.3** Na contagem dos prazos estabelecidos nesta Cláusula, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos exceto quando for explicitamente disposto em contrário;

**10.7.4** Assegurado o direito à defesa prévia e ao contraditório e após o esgotamento da fase recursal, a aplicação da sanção será formalizada por despacho motivado cujo extrato deverá ser publicado no Diário Oficial do Distrito Federal, devendo constar:

I - a origem e o número do processo em que foi proferido o despacho;

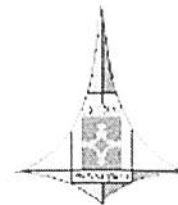
II - o prazo do impedimento para licitar e contratar;

III - o fundamento legal da sanção aplicada; e

IV - o nome ou a razão social do punido, com o número de sua inscrição no Cadastro da Receita Federal.

**10.7.5** Após o julgamento do(s) recurso(s), ou transcorrido o prazo sem a sua interposição, a autoridade competente para aplicação da sanção providenciará a sua imediata divulgação no sítio [www.compras.df.gov.br](http://www.compras.df.gov.br), inclusive para o bloqueio da senha de acesso ao Sistema de Controle e Acompanhamento de Compra e Licitações e Registro de Preços do Distrito





Federal - e-compras, e aos demais sistemas eletrônicos de contratação mantidos por órgãos ou entidades da Administração Pública do Distrito Federal.

**10.7.6** Ficam desobrigadas do dever de publicação no Diário Oficial do Distrito Federal as sanções aplicadas com fundamento nos subitens 10.2 e 10.3 desta Cláusula de penalidades, as quais se formalizam por meio de simples apostilamento, na forma do art. 65, §8º, da Lei nº 8.666, de 1993.

#### **10.8 Do Assentamento em Registros**

**10.8.1** Toda sanção aplicada será anotada no histórico cadastral da empresa.

**10.8.2** As penalidades terão seus registros cancelados após o decurso do prazo do ato que as aplicou.

#### **10.9 Da Sujeição a Perdas e Danos**

**10.9.1** Independentemente das sanções legais cabíveis, regulamentadas pelo Decreto nº 26.851/06 e suas alterações, previstas neste Contrato a licitante e/ou contratada ficará sujeita, ainda, à composição das perdas e danos causados à FHB pelo descumprimento das obrigações licitatórias e/ou contratuais.

#### **10.10 Disposições Complementares**

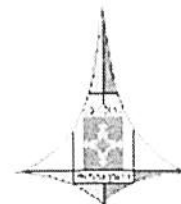
**10.10.1** As sanções previstas nos subitens 10.2, 10.3 e 10.4 da presente Cláusula serão aplicadas pelo ordenador de despesas da FHB.

**10.10.2** Os prazos referidos nesta Cláusula só se iniciam e vencem em dia de expediente na FHB.

### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA– DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL**

Toda e qualquer alteração deste Contrato deve observância à forma preconizada no art. 65 da Lei n.º 8.666/93, mediante Termo Aditivo próprio que não lhe altere o objeto.





## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RESCISÃO**

O contrato poderá ser rescindido por ato unilateral da FHB, reduzido a termo no respectivo processo, na forma prevista no Termo de Referência, observado o disposto nos arts. 77, 78 e 79 da Lei nº 8.666/93, sujeitando-se a Contratada às consequências determinadas pelo art. 80 desse diploma legal, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

## **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS DÉBITOS PARA COM A FHB**

Os débitos da Contratada para com a FHB, decorrentes ou não do ajuste, serão inscritos em Dívida Ativa e cobrados mediante execução na forma da legislação pertinente, podendo, quando for o caso, ensejar a rescisão unilateral do Contrato.

## **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO EXECUTOR**

A FHB, por meio de ato próprio, e com amparo no art. 67 da Lei nº 8.666/93, designará um Executor para o Contrato, que desempenhará as atribuições previstas nas Normas de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil do Distrito Federal.

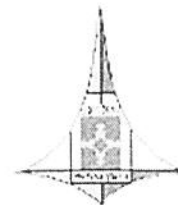
## **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA PUBLICAÇÃO**

A eficácia do Contrato fica condicionada à publicação resumida do instrumento pela FHB, na Imprensa Oficial do Distrito Federal, de acordo com o Parágrafo Único, do artigo 61 da Lei nº 8.666/93.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO FORO**

Fica eleito o foro de Brasília – Distrito Federal, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias ao presente contrato, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.





**PARÁGRAFO ÚNICO** – Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060, conforme Decreto nº 34.031, de 12 de dezembro de 2012.


E assim, por estarem justas e acertadas, as partes firmam o presente CONTRATO, em 03 (três) vias de igual teor, forma e para um só efeito, na presença de 02 (duas) testemunhas, que também o subscrevem.

Brasília – DF, ~~23~~ de ~~setembro~~ de 2014.



BEATRIZ MAC DOWELL SOARES  
FUNDAÇÃO HEMOCENTRO DE  
BRASÍLIA

Diretora Presidente



FÁBIO MACHADO FERREIRA  
CEI COMÉRCIO EXPORTAÇÃO E  
IMPORTAÇÃO DE MATERIAIS  
MÉDICOS LTDA

Representante da Contratada

**Testemunhas:**

1ª – Nome: \_\_\_\_\_

2ª – Nome: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_



da Portaria nº 61, de 30 de março de 2009, RESOLVE: CONCEDER Licença Prêmio por Assiduidade, nos termos do artigo 139 da Lei Complementar nº 840 de 23/12/2011 às servidoras MARALUCIA LINO CORTES, matrícula 129.494-6, 5º quinquênio: 10/12/2009 a 08/12/2014, processo 061.007.010/1995, SINEYDE MATOS DA SILVA, matrícula 135.040-4, 4º quinquênio: 01/09/2009 a 30/08/2014, processo 061.003.431/1994.

SIMONE MARIA LOUREIRO CABRAL DE MELO GUIMARÃES

## FUNDAÇÃO HEMOCENTRO DE BRASÍLIA

INSTRUÇÃO Nº 254, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2014.

A DIRETORA PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO HEMOCENTRO DE BRASÍLIA, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VII, do artigo 35, do Estatuto aprovado pelo Decreto nº 34.539, de 31 de julho de 2013, RESOLVE:

Art. 1º Designar ANA CLARA PEREIRA CORDEIRO, matrícula nº 1.401.845-4, como executora e FABIOLA GONÇALVES DE ANDRADE, matrícula nº 1.401.922-1, como executora substituta, do Contrato nº 101/2012, objeto do processo nº 063.000.484/2011, em substituição a BARBARA MACIEL SIDOU PIMENTEL, matrícula nº 1.401.928-0.

Art. 2º Designar ERASMO DE SOUZA MORAES OLIVEIRA, matrícula 1.402.085-8, como executor e SEBASTIÃO LAZARO DE MORAES, matrícula nº 1.401.088-4, como executor substituto do Contrato nº 073/2014-AJUR/FHB, objeto do processo nº 063.000.419/2013.

Art. 3º Designar ERASMO DE SOUZA MORAES OLIVEIRA, matrícula 1.402.085-8, como executor do Contrato nº 077/2011 e 079/2011 – AJUR/FHB, objeto do processo nº 063.000.434/2010, em substituição a ADAUTO JOSÉ DE ABREU, matrícula nº 100.443-3.

Art. 4º Esta Instrução entra em vigor na data de sua publicação.

BEATRIZ MAC DOWELL SOARES

## SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA

### POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL

PORTARIAS DE 1º DE DEZEMBRO DE 2014

O COMANDANTE-GERAL DA POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 4º da Lei Federal nº 6.450/1977, combinado com o artigo 3º, incisos I e VI do Decreto Federal nº 7.165/2010, considerando a informação contida no Ofício nº 1174/7º BPM de 28/11/2014, e Declaração/SERPRO de 28/11/2014, RESOLVE: LICENCIAR, ex officio, das fileiras da Corporação o SD QPPMC PEDRO HENRIQUE RODRIGUES CARDOSO, mat. 731.413/2, CPF nº 697.973.311-72, com base no artigo 110, da Lei nº 7.289 de 18 de dezembro de 1984, alterada pela Lei nº 7.475/86 de 13 de maio de 1986 (Estatuto da PMDF), para exercer o cargo efetivo de Analista com especialização em Advocacia do Serviço Federal de Processamento de Dados - SERPRO. Em consequência, fica o licenciamento efetivado a contar de 01 de dezembro de 2014, conforme Declaração/SERPRO. Publique-se em BCG.

O COMANDANTE-GERAL DA POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 4º da Lei Federal nº 6.450/1977, combinado com o artigo 3º, incisos I e VI do Decreto Federal nº 7.165/2010, considerando a informação contida no Ofício nº 1975/SSP/4º BPM de 24/11/2014, e Termo de Posse/TJDF de 27/11/2014, RESOLVE: LICENCIAR, ex officio, das fileiras da Corporação a SD QPPMC DAUANA ANDRADE DE SOUZA, mat. 731.736/0, CPF nº 022.359.421-05, com base no artigo 110, da Lei nº 7.289 de 18 de dezembro de 1984, alterada pela Lei nº 7.475/86 de 13 de maio de 1986 (Estatuto da PMDF), para exercer o cargo efetivo de Técnico Judiciário – Área Administrativa do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios. Em consequência, fica o licenciamento efetivado a contar de 27 de novembro de 2014, conforme Termo de Posse/TJDF. Publique-se em BCG.

O COMANDANTE-GERAL DA POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 4º da Lei Federal nº 6.450/1977, combinado com o artigo 3º, incisos I e VI do Decreto Federal nº 7.165/2010, considerando a informação contida no Ofício nº 1160/SSP/7º BPM de 26/11/2014, e Termo de Posse/TJDF de 27/11/2014, RESOLVE: LICENCIAR, ex officio, das fileiras da Corporação a SD QPPMC RAQUEL DOS SANTOS BRANDÃO, mat. 731.316/0, CPF nº 037.129.711-76, com base no artigo 110, da Lei nº 7.289 de 18 de dezembro de 1984, alterada pela Lei nº 7.475/86 de 13 de maio de 1986 (Estatuto da PMDF), para exercer o cargo efetivo de Analista Judiciário – Área Judiciária, do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios. Em consequência, fica o licenciamento efetivado a contar de 27 de novembro de 2014, conforme Termo de Posse/TJDF. Publique-se em BCG.

O COMANDANTE-GERAL DA POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 4º da Lei Federal nº 6.450/1977, combinado com o artigo 3º, incisos I e VI do Decreto Federal nº 7.165/2010, considerando o Ofício nº 14190/PROPS de 16/10/2014, RESOLVE: I - REINCLUIR nas fileiras da Corporação, o SD QPPMC LEONARDO KLEITON DA SILVA, mat. 22.579/7, CPF nº 578.802.551-68, a contar de 24 de julho de 2010, com base no parágrafo único do artigo 12, da Lei nº 7.289 de 18 de dezembro de 1984 (Estatuto da PMDF), para dar cumprimento à decisão judicial transitada em julgado, prolatada nos autos da Apelação Cível nº 2013.01.1.014209-6/5ª Turma Cível - TJDF. II - A

Diretoria de Promoção e Avaliação de Desempenho para colocar o policial militar em lide na escala hierárquica a que fizer direito. Publique-se em BCG.

ANDERSON CARLOS DE CASTRO MOURA

PORTARIA DE 02 DE DEZEMBRO DE 2014.

O COMANDANTE-GERAL DA POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 4º da Lei Federal nº 6.450/1977, combinado com o artigo 3º, incisos I e VI do Decreto Federal nº 7.165/2010, artigo 26 do Decreto nº 10.260, de 08 de abril de 1987, de acordo com o Ofício nº 15940/PROPS-PGDF de 21/11/2014, e Ofício nº 2039/DRS de 27/11/2014, RESOLVE: TORNAR DEFINITIVA a permanência nas fileiras da Corporação do SD 2ª Classe RODRIGO FELIPE GUIMARÃES VASCONCELOS - mat. 732.631/9, CPF nº 019.698.981-78, a contar de 01 de outubro de 2014, com base no artigo 12, § único, da Lei nº 7.289/84, alterada pela Lei 7.475/86 (Estatuto da PMDF), a fim de dar cumprimento à decisão judicial transitada em julgado, contida nos Autos do Mandado de Segurança nº 2014.01.1.001944-8 da 7ª Vara da Fazenda Pública - TJDF. A Diretoria de Promoção e Avaliação de Desempenho para conhecimento e medidas que altere a situação do Policial em lide, até então na condição sub judice, para reclassificação na escala hierárquica a que fizer direito. Publique-se em BCG.

ANDERSON CARLOS DE CASTRO MOURA

PORTARIAS DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014

O COMANDANTE-GERAL DA POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 3º, inciso VI, do Decreto nº 7.165, de 29 de abril de 2010, e/e artigo 1º, inciso I, alínea "c", do Decreto nº 15.740, de 23 de junho de 1994, e tendo em vista o ofício nº 836/2014-AM/SSP-DF, de 01 de dezembro de 2014, RESOLVE: REVERTER ao respectivo Quadro, a contar de 28 de novembro de 2014, o Tenente Coronel ODAIR PIRES GUERRA, matrícula 50.765/2, do Quadro de Oficiais Policiais-Militares de Saúde (Dentista) da Polícia Militar do Distrito Federal, de acordo com o artigo 80, da Lei nº 7.289, de 18 de dezembro de 1984, por ter retornado da Secretaria de Estado de Segurança Pública do Distrito Federal.

O COMANDANTE-GERAL DA POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 3º, inciso VI, do Decreto nº 7.165, de 29 de abril de 2010, e/e artigo 1º, inciso I, alínea "c", do Decreto nº 15.740, de 23 de junho de 1994, e tendo em vista o ofício nº 852/2014-AM/SSP-DF, de 04 de dezembro de 2014, RESOLVE: REVERTER ao respectivo Quadro, a contar de 28 de novembro de 2014, o Coronel SINVAL DE PAIVA REIS, matrícula 50.140/9, do Quadro de Oficiais Policiais-Militares da Polícia Militar do Distrito Federal, de acordo com o artigo 80, da Lei nº 7.289, de 18 de dezembro de 1984, por ter retornado da Secretaria de Estado de Segurança Pública do Distrito Federal.

O COMANDANTE-GERAL DA POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 3º, inciso VI, do Decreto nº 7.165, de 29 de abril de 2010, e/e artigo 1º, inciso I, alínea "c", do Decreto nº 15.740, de 23 de junho de 1994, e tendo em vista o ofício nº 837/2014-AM/SSP-DF, de 02 de dezembro de 2014, RESOLVE: REVERTER ao respectivo Quadro, a contar de 28 de novembro de 2014, o Tenente Coronel JOÃO VIEIRA DE MELLO NETO, matrícula 50.770/9, do Quadro de Oficiais Policiais-Militares de Saúde (Dentista) da Polícia Militar do Distrito Federal, de acordo com o artigo 80, da Lei nº 7.289, de 18 de dezembro de 1984, por ter retornado da Secretaria de Estado de Segurança Pública do Distrito Federal.

O COMANDANTE-GERAL DA POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 3º, inciso VI, do Decreto nº 7.165, de 29 de abril de 2010, e/e artigo 1º, inciso I, alínea "c", do Decreto nº 15.740, de 23 de junho de 1994, e tendo em vista o DODF nº 255, de 05 de dezembro de 2014, RESOLVE: REVERTER ao respectivo Quadro, a contar de 05 de dezembro de 2014, o Tenente Coronel VINICIUS SILVA DE FREITAS, matrícula 50.176/X, do Quadro de Oficiais Policiais-Militares da Polícia Militar do Distrito Federal, de acordo com o artigo 80, da Lei nº 7.289, de 18 de dezembro de 1984, por ter retornado da Secretaria de Estado de Segurança Pública do Distrito Federal.

O COMANDANTE-GERAL DA POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 3º, inciso VI, do Decreto nº 7.165, de 29 de abril de 2010, e/e artigo 1º, inciso I, alínea "c", do Decreto nº 15.740, de 23 de junho de 1994, e tendo em vista o DODF nº 256, de 08 de dezembro de 2014, RESOLVE: REVERTER ao respectivo Quadro, a contar de 08 de dezembro de 2014, o Coronel MARCUS VINICIUS OLIVEIRA SAMPAIO, matrícula 50.150/6, do Quadro de Oficiais Policiais-Militares da Polícia Militar do Distrito Federal, de acordo com o artigo 80, da Lei nº 7.289, de 18 de dezembro de 1984, por ter retornado da Casa Militar do Distrito Federal.

O COMANDANTE-GERAL DA POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 3º, inciso VI, do Decreto nº 7.165, de 29 de abril de 2010, e/e artigo 1º, inciso I, alínea "c", do Decreto nº 15.740, de 23 de junho de 1994, e tendo em vista o DODF nº 255, de 05 de dezembro de 2014, RESOLVE: REVERTER ao respectivo Quadro, a contar de 05 de dezembro de 2014, o Tenente Coronel ADRIANO MEIRELLES GONÇALVES, matrícula 50.284/7, do Quadro de Oficiais Policiais-Militares da Polícia Militar do Distrito Federal, de acordo com o artigo 80, da Lei nº 7.289, de 18 de dezembro de 1984, por



## EXTRATO DE CONTRATO Nº 071/2014

Contratante: FUNDAÇÃO HEMOCENTRO DE BRASÍLIA-CNPJ 86.743.457/0001-91- Contratada: FUNDAÇÃO UNIVERSITÁRIA DE CARDIOLOGIA - INSTITUTO DE CARDIOLOGIA DO DISTRITO FEDERAL, doravante denominada FUC - CNPJ 92.898.550/0006-00. Objeto: Fornecimento de hemocomponentes pela FHB à FUC para atendimento de transfusões de sangue classificadas como "ROTINA" e em "URGENTE-DE EMERGÊNCIA", conforme legislação vigente, de acordo com a disponibilidade dos estoques de hemocomponentes na FHB, com ressarcimento dos custos operacionais pela FUC à FHB conforme Tabela do Sistema Único de Saúde - SUS. Processo nº 063.000.413/2014. Vigência: O Contrato vigora pelo prazo de 12 (doze) meses a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado mediante Termo Aditivo. Assinado pela Contratante: Beatriz Mac Dowell Soares - Diretora Presidente; e, pela contratada João Gabbardo dos Reis.

## EXTRATO DE CONTRATO Nº 073/2014

Contratante: FUNDAÇÃO HEMOCENTRO DE BRASÍLIA-CNPJ 86.743.457/0001-91- Contratada: CFI COMERCIO EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO DE MATERIAIS MEDICOS LTDA - CNPJ 46.175.705/0001-64. Objeto: contratação de empresa especializada na Manutenção Corretiva e Preventiva do sistema BioArchive (BioArchive Systems-S-16000-01). Processo nº 063.000.419/2013. Nota de Empenho 1.43 - 170202, Gestão - 17202, Número - 2014NF00683 e Nº 2014NF00684. Valor da NF: R\$ 34.813,54 (trinta e três mil oitocentos e oitocentos e treze reais e cinquenta e quatro centavos) e R\$ 16.950,00 (dezesseis mil novecentos e cinquenta reais). Licitação: Termo de Referência: Vigência: O Contrato vigora pelo prazo de 12 (doze) meses a contar da data de sua assinatura e encerra com a respectiva publicação de seu extrato no Diário Oficial do Distrito Federal. Valor: O valor total do contrato é de R\$ 203.054,13 (duzentos e três mil e cinquenta e quatro reais e treze centavos). Programa de Trabalho: 1030362028110001. Natureza das Despesas: 44.90.52. Fonte de recursos: 138 (Recursos do SUS). Assinado pela Contratante: Beatriz Mac Dowell Soares - Diretora Presidente; e, pela contratada Fabio Machado Ferreira.

## APLICAÇÃO DE PENALIDADE

A DIRETORA PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO HEMOCENTRO DE BRASÍLIA, considerando as informações constantes do Processo nº 063.000.437/2013, com base na competência estabelecida no Decreto nº 34.539, de 31/07/13, do Estatuto desta Entidade Resolve: APLICAR a penalidade de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração pelo período de 2 (dois) e quatro meses a empresa AZB COMERCIO E SERVIÇOS LTDA - CNPJ nº 13.416.970/0001-14, pelo não pagamento de multa apurada em conformidade com o disposto na alínea "c" do inciso IV, do subitem 9.4.1, do item 9.4 - Da Suspensão do Edital de Licitação do Pregão Eletrônico nº 440/2013 - S1110-SEPLAN. Beatriz Mac Dowell Soares, Diretora-Presidente.

## SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA

## SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL

## AVISO DE SUSPENSÃO

## PREGÃO ELETRÔNICO Nº 45/2014

Processo: 050.000.830/2014. Tipo: Menor Preço. Objeto: Aquisição de solução de segurança da informação, composta de licenças de software, serviços de instalação, configuração e suporte por 60 (sessenta) meses, a ser utilizada pela Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal, a fim de dar estabilidade e segurança nos terminais desktops que são utilizados pela Central Integrada de Atendimento e Despacho - A SSPDF comunica que, de acordo com informações prestadas pela Subsecretaria de Modernização e Tecnologia da SSPDF e decisão da autoridade competente acostadas aos autos, o Pregão em tela está suspenso SINE DIE.

Brasília-DF, 16 de dezembro de 2014.

ALVARO HENRIQUE FERREIRA DOS SANTOS

Subsecretaria de Administração Geral

## CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO DISTRITO FEDERAL

## DIRETORIA DE SAÚDE

## RECONHECIMENTO DE DÍVIDA EXERCÍCIO ANTERIOR

Fazendo uso das atribuições que me confere o Art. 30 do Decreto Federal nº 7.163 de 29 de abril de 2010, que regulamenta o art. 10-B, inciso I, da Lei nº 8.255, de 26 nov. 1991, as disposições da Lei Complementar nº 101/2000 combinadas com os artigos 37 e 63 da Lei nº 4.320/64, o art. 22 do Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986, Decreto GDF nº 32.868 de 15 de dezembro de 2010, combinado com o Decreto nº 35.073 de 13 de janeiro de 2014 publicado no DODF nº 09/2014 e, conforme ainda, a Decisão nº 437/2011 do TCEDF e Nota

Técnica nº 75/2011 - GAB/CONT. RECONHEÇA A DÍVIDA no valor de R\$ R\$ 179.152,88 (cento e sessenta e nove mil, cento e cinquenta e dois reais e oitenta e oito centavos), em favor da empresa INSTITUTO DO CORAÇÃO DE TAGUATINGA S/S LTDA CNPJ 72.092.071-0001-75, conforme documentação constante dos autos do Processo nº 053.001.624/2014, em decorrência de prestação de serviços especializados de cardiologia no exercício de 2013, programa de trabalho 28.845-0903-00FM 0953, natureza da despesa 3.3.90-92 e recursos da fonte 100- Assistência Médica - CBMDF - FCDF, orçamento do CBMDF. Em 16 de dezembro de 2014. Oslei Rosa Eduardo - Diretor de Saúde e Ordenador de Despesas.

## POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL

## RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Processo: 052.000.283/2014. Interessado: Polícia Civil do Distrito Federal. ASSUNTO: Ratificação do ato de inexigibilidade de licitação. O Diretor do Departamento de Administração Geral da Polícia Civil do Distrito Federal, tendo em vista a justificativa fundamentada no art. 25, inciso II, da Lei nº 8.066/93, em razão de inviabilidade de competição, conforme Parecer nº 726/2008-PROCAD-PCDF, Manifestação Técnica nº 93/2014 da Assessoria DAG/PCDF, constante das folhas 89 a 93 e a luz do exposto na manifestação de fls. 125.128, da lavra 1. Procurador-Chefe da Procuradoria Fiscal-PROFIS-PCDF contida no processo em referência, reconheceu a situação de Inexigibilidade de Licitação, no valor de R\$ 7.900,00 (sete mil e novecentos reais), em favor da Fundação Dom Cabral, para fazer face as despesas com treinamento de pessoal. Programa - Fronteiras da Gestão Pública para uma servidora da PCDF, conforme Inexigibilidade de Licitação nº 39/2014-PCDF. Ato que ratifica nos termos do artigo 26, da Lei nº 8.066 de 21 de junho de 1993, e determine a sua publicação no Diário Oficial do DF, para que adquira a necessária eficácia. Brasília-DF, 12 de dezembro de 2014. Jorge Luiz Xavier - Diretor Geral da Polícia Civil.

## DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL

## CONVOCAÇÃO

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL, DA POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL, Convoca o representante da empresa COMERCIAL PROGRESSO MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA-ME, CNPJ 11.397.994/0001-48, a comparecer na Divisão de Orçamento e Finanças da Polícia Civil do DF, sito no SPO Conjunto "A", Lote 23, Novo Complexo da PCDF, 3º Andar, Brasília-DF, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da data desta publicação, para recolher a importância de R\$ 1.516,50 (mil quinhentos e dezesseis reais e cinquenta centavos), com base no Edital 587/2012 - Pregão SULIC-SULPLAN 8 - Das Penalidades, 8.3 - Da Multa, inciso IV, devido a recusa total na entrega dos materiais relacionados na 2014NE000132, referente ao Processo 052.001.435/2013.

SILVÉRIO ANTÔNIO MOITA DE ANDRADE

## DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO DISTRITO FEDERAL

## EXTRATOS DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

Partes: DETRAN-DF e a empresa AIP - LACRES EIRELI - EPP. Processo: 055.023.699/2012 - Contrato nº 34/2014. Objeto: O presente Contrato tem por objeto a fabricação e o fornecimento de 200.000 (duzentos mil) unidades de Lacs Rastráveis para fixação de placas em veículos automotores e outros tração, de acordo com as especificações técnicas e demais condições estabelecidas no Termo de Referência, no Edital do Pregão Eletrônico nº 16/2014 e na Proposta da Contratada, que fazem parte do presente Registro de Preços, independente de transcrição. Dotação Orçamentária: fonte 229, função 06, Subfunção 122; Programa 6008, Meta 8517, Subtítulo 0022; Elemento de Despesa 339030, Nota de Empenho nº 2014NE02343; Executor Titular: Jaime Pereira de Freitas Junior, Matrícula 250717-X, lotado no DETRAN-DF. Prazo de vigência: o prazo de vigência do contrato será contado a partir da data da sua assinatura até o término do respectivo exercício orçamentário, nos termos do artigo 57, caput, da Lei nº 8.666/1993. Data da assinatura: 17 de dezembro de 2014 - Assinam: Rômulo Augusto de Castro Félix, Nelson Nazon Moreira Kameda e Patricia Andrade Marques.

Partes: DETRAN-DF e a empresa BRASIL TELECOM S/A. Processo: 055.021.645/2008 - Termo de Recurso nº 01/2014. Objeto: com fulcro nas atribuições legais conferidas pelo Decreto nº 27784/2007, e considerando o inteiro teor das razões constantes no Processo nº 055.021645/2008, resolve RESCINDIR, unilateralmente, a partir do dia 14 de outubro de 2014, o Contrato de nº 13/2009, celebrado com a empresa BRASIL TELECOM S/A, cujo objeto era a implantação de circuitos de comunicação, formando uma rede de serviços de telecomunicações, utilizando a tecnologia MPLS (Multi Protocol Label Switching), com capacidade para prover tráfego de dados, voz e imagem entre as unidades do DETRAN-DF em todo o Distrito Federal, conforme informações constantes nos autos do processo nº 055.021.645/2008, obedecendo assim previsão contida no Artigo 79, inciso I, da Lei nº 8.666/93. Data da assinatura: 11 de dezembro de 2014 - Assinam: José Alves Bezerra - Diretor Geral Substituto.

Partes: DETRAN-DF e a BANCO DE BRASÍLIA S.A. Processo: 055.033448/2014 - Contrato nº 34/2014. Objeto: O presente Contrato tem por objeto a prestação dos serviços de